PARECER PRÉVIO TC-034/2010

PROCESSO - TC-1961/2009

INTERESSADO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA

ASSUNTO - PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2008

**PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2008 -
PREFEITO: MANOEL PEREIRA DA FONSECA - CONTAS
IRREGULARES - PARECER PELA REJEIÇÃO.**

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC-1961/2009, em que são analisadas as contas da Prefeitura Municipal de Conceição da Barra, referentes ao exercício de 2008, sob a responsabilidade do então Prefeito, Sr. Manoel Pereira da Fonseca.

Considerando que é da competência deste Tribunal apreciar as contas prestadas pelos Prefeitos Municipais, conforme artigo 71, inciso II, da Constituição Estadual;

Considerando que, na emissão do Parecer Prévio, não serão apreciados os atos de gestão do responsável pelo Executivo Municipal, sendo estes examinados em processo apartado, nos termos do artigo 126, §6º, da Resolução TC nº 182/2002, com redação dada pela Instrução Normativa nº 002, publicada no Diário Oficial deste Estado no dia 08/02/2008;

Considerando que o responsável foi declarado revel, por meio da Decisão TC-6597/2009;

Considerando que a 6ª Controladoria Técnica opinou pela emissão de Parecer Prévio recomendando a Rejeição das contas apresentadas;

Considerando que a Procuradoria de Justiça de Contas opinou no mesmo sentido;

RESOLVEM os Srs. Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em sessão realizada no dia dezesseis de março de dois mil e dez, por unanimidade, acolhendo o voto do Relator, Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, recomendar ao Legislativo Municipal a **Rejeição** das contas apresentadas, sob a responsabilidade do Sr. Manoel Pereira da Fonseca, Prefeito Municipal de Conceição da Barra no exercício de 2008, nos termos do artigo 78, *caput*, da Lei Complementar nº 32/93 c/c o artigo 126, *caput*, da Resolução TC nº 182/2002, tendo em vista os seguintes procedimentos irregulares:

1. Divergência entre a Relação de Créditos Adicionais e o Balanço Orçamentário quanto aos créditos abertos por Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 5.876.738,66 - infringência ao artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320/64;
2. Conciliação bancária da conta 119.878-5, do Banco do Brasil, divergente do Demonstrativo Financeiro de Bancos, no valor de R\$ 50,00 - infringência ao artigo 85 da Lei nº 4.320/64;
3. Divergência entre o valor dos Extratos Bancários e os valores registrados na conciliação bancária, no valor de R\$ 515,31 - infringência ao artigo 85 da Lei nº 4.320/64;

- 4.** Divergência entre o valor total dos Restos a Pagar inscritos no Balanço Financeiro Consolidado e o apurado nas relações de Restos a Pagar de 2008, no valor de R\$ 347.994,24 - infringência ao artigo 103, parágrafo único, da Lei nº 4.320/64;
- 5.** Divergência quanto aos valores de Restos a Pagar apurados nas Relações respectivas e o valor registrado no Balanço Patrimonial, no valor de R\$ 348.017,44 - infringência ao artigo 85 da Lei nº 4.320/64;
- 6.** Falta de clareza no registro da conta Despesas a Regularizar, no valor de R\$ 4.403,10, e da conta Responsabilidade Financeira, no valor de R\$ 2.794.600,53 do Balanço Patrimonial - infringência aos artigos 85 e 89, ambos da Lei nº 4.320/64;
- 7.** Ausência do devido registro de alienação de bens imóveis na Demonstração das Variações Patrimoniais, no valor de R\$ 46.152,00 - infringência ao artigo 85 da Lei nº 4.320/64;
- 8.** Ausência de comprovação nos autos quanto à legalidade e motivação de cancelamento de Dívida Ativa no valor de R\$ 25.432,21 - infringência ao artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000;
- 9.** Ausência de demonstração das origens do cancelamento de Dívidas Passivas no valor de R\$ 1.463.036,14 - infringência ao artigo 85 da Lei nº 4.320/64;
- 10.** Divergência entre o valor de Restos a Pagar do exercício de 2008, no anexo 17, e o apurado nas relações apresentadas, no valor de R\$ 333.215,04 - infringência ao artigo 85 da Lei nº 4.320/64;

11. Não aplicação do percentual mínimo constitucional na remuneração dos Profissionais do Magistério, no valor de R\$ 608.173,82 - infringência ao artigo 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal (alterado pela Emenda Constitucional nº 53/2006);

12. Não aplicação do percentual mínimo constitucional na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no valor de R\$ 2.311.347,27 - infringência ao artigo 212 da Constituição Federal;

13. Ausência de informações relativas ao 3º Quadrimestre do exercício de 2008 - infringência ao artigo 3º da Resolução TC nº 193/2003.

Acompanham este Parecer, integrando-o, o Relatório Técnico Contábil nº 140/2009 e a Instrução Técnica Conclusiva nº 583/2010, ambos da 6ª Controladoria Técnica, o Parecer nº 841/2010, da ilustrada Procuradoria de Justiça de Contas, e o voto do Relator.

Presentes à sessão plenária da apreciação os Srs. Conselheiros Umberto Messias de Souza, Presidente, Sebastião Carlos Ranna de Macedo, Relator, Marcos Miranda Madureira, Elcy de Souza, Sérgio Aboudib Ferreira Pinto e o Conselheiro em substituição Marco Antonio da Silva. Presente, ainda, o Dr. Domingos Augusto Taufner, Procurador-Geral do Ministério Público Especial de Contas.

Sala das Sessões, 16 de março de 2010.

CONSELHEIRO UMBERTO MESSIAS DE SOUZA
Presidente

CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

Relator

CONSELHEIRO MARCOS MIRANDA MADUREIRA

CONSELHEIRO ELCY DE SOUZA

CONSELHEIRO SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

CONSELHEIRO MARCO ANTONIO DA SILVA

Em substituição

DR. DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

Procurador-Geral

Lido na sessão do dia:

PAULO CÉSAR ROCHA MALTA

Secretário-Geral das Sessões